



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7037 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.023151/2019-50

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da empresa especializada NP Capacitações e Soluções Tecnológicas LTDA para fornecimento de 08 (oito) assinaturas do produto Banco de Preço, com validade de 12 (doze) meses, por meio de acesso monousuário mediante login e senha para cada acesso.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Lei n. 8.666/93 faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas. O parágrafo 2º do artigo 40 da referida lei determina a necessidade de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários como anexo do edital. Já o artigo 44 da mesma lei, ao tratar sobre o julgamento das propostas, ressalvada a exceção ali constante, não admite a apresentação de preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. Assim, é necessário que o órgão licitante possua estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exequíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado.

2.2. A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação e estabelece o preço justo de referência que a Administração está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global.

2.3. Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames licitatórios e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor médio de mercado para uma pretensão contratual.

2.4. O Tribunal de Contas da União, na decisão proferida no Acórdão 769/2013 – Plenário, estabeleceu que a ausência da pesquisa de preço e da estimativa da demanda pode implicar contratação de serviço com valor superior aos praticados pelo mercado, desrespeitando o princípio da economicidade, além de frustrar o caráter competitivo do certame, na medida em que a falta dessas informações prejudica a transparência e dificulta a formulação das propostas pelos licitantes.

2.5. Percebe-se, assim, que a inexistência de uma pesquisa de preços eficiente impossibilita à Administração Pública atingir os objetivos definidos pela Lei de Licitações e Contratos, principalmente aquele relacionado à seleção da proposta mais vantajosa.

2.6. São muitas as críticas relacionadas às pesquisas realizadas atualmente na Administração Pública. Existem numerosos processos de penalização dos órgãos de controle aos gestores públicos e de tomada de contas especiais que apresentaram sobrepreços encontrados, frutos de falhas nas estimativas de preços nos processos administrativos.

2.7. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem prestado esclarecimentos significativos no campo das estimativas preliminares de preços, indicando, por exemplo, a necessidade de **refinamento das pesquisas** (especialmente em casos que envolvam contratações mais complexas) e o estabelecimento de procedimentos formais que venham organizar e documentar a elaboração destas pesquisas.

2.8. Neste sentido, a Administração deve fazer uso do maior número de fontes de pesquisa possível, confeccionando e analisando dados e registros mais seguros para a identificação dos preços e suas estimativas. Esta observação geral de dados poderá se dar junto aos preços fixados por Órgão Oficial competente, preços registrados em Atas de Registro de Preços, preços contratados por outros Órgãos e Entidades administrativas (em contratos similares) e orçamentos enviados por *e-mail*/obtidos via *internet*, dentre outras fontes de pesquisa possíveis.

2.9. É importante ressaltar que quanto maior for o número de propostas oriundas das pesquisas mais fiel ao mercado será o preço médio a ser aplicado como referência nos certames. De forma a proporcionar a fidedignidade da pesquisa, o ideal é retirar os preços muito dissonantes da média, para não haver oscilações fora da média do mercado para mais ou para menos. É importante considerar, entretanto, a jurisprudência dominante no TCU, inclusive sumulada, sobre a questão do preço máximo a que a Administração se disporá a pagar.

2.10. Diversos seriam as fontes que poderiam ser utilizados para uma adequada pesquisa de preços, tais como os sítios próprios do Banco do Brasil – BB e da Caixa Econômica Federal – CEF, ou até mesmo o Portal da Transparência do Governo Federal, que são portais idôneos e de Governo que podem auxiliar os gestores nesse árduo, mas necessário, procedimento de parâmetro de preços de mercado.

2.11. Contudo, é importante se destacar que a consulta a essas diversas fontes sem uma devida metodologia, parametrização de preços nas contratações públicas e um adequado sistema é um dos procedimentos que mais atrasam as compras públicas, haja vista a ausência de resposta do setor privado das pesquisas solicitadas, principalmente pela falta de interesse em respondê-las.

2.12. O atraso ocorre, especialmente, quando há muitos itens a serem cotados, no caso de serviços de organização de eventos, por exemplo, podendo a pesquisa levar mais de um mês para ser concluída, ante a ausência de resposta do setor privado.

2.13. No caso de busca de preços pela internet, há que se ter muito cuidado, pois naqueles preços cotados podem não estar embutidos custos como frete, impostos, mão de obra, quando se trata de serviços, dentre outros. Esta opção pode ensejar preços inexequíveis, tendo em vista a não inserção de todos os custos. Por isso, as pesquisas realizadas pela internet não são as mais adequadas, apesar de serem as mais simples de serem feitas, pois podem tornar uma licitação deserta e/ou fracassada pela fragilidade dos preços regulados no certame.

2.14. Desse modo, a busca por uma adequada ferramenta que possibilite uma correta, parametrizada e uniforme pesquisa de preços, que atenda a necessidade de diversificação de fontes e amplitude de consulta se mostra contratação necessária e relevante à eficiência, eficácia e efetividade das aquisições dos órgãos públicos como este MEC.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Independente do tipo de contratação, a Administração Pública deve prever todos os custos inerentes às futuras contratações verificando a vantagem do negócio a ser realizado, com base na pesquisa de mercado.

3.2. Nesse sentido a Administração Pública enfrenta uma grande dificuldade para aquisições e contratações principalmente no que tange a utilização de ferramentas que facilitem a captação de preços para instrução processual.

3.3. A ferramenta de pesquisas de preços proposta visa o estabelecimento do valor estimado ou máximo da contratação, ou seja, um banco de dados diariamente atualizado, sistematizado por regiões, Estados e Municípios, alimentado com preços obtidos em licitações efetivamente contratadas pelo Poder Público, objetivando trazer maior eficiência e economicidade aos certames licitatórios.

3.4. O ferramenta proposta se mostra um avançado banco de dados desenvolvido para auxiliar em todas as fases da contratação pública: preparação, licitação e execução do contrato.

3.5. Possui destacada base de consulta disponível no mercado, com mais de 18 milhões de preços, o que amplia o resultado da pesquisa, afere a realidade dos preços e atende aos princípios constitucionais da economicidade e da moralidade.

3.6. Fácil e intuitivo, a ferramenta busca garantir segurança, agilidade e economia aos processos de compras públicas.

3.7. A ferramenta apresentada se mostra uma forma de a Administração Pública conseguir de modo rápido e seguro, a estimativa dos preços de mercado e dos preços praticados pela própria Administração, que permite a abstenção de preços inexequíveis ou exorbitantes. Destaque-se que atualmente, há grande dificuldade em se conseguir tais cotações, pois as empresas que se prestam a isto, de certa forma, aproveitam-se na indicação dos preços que lhe convém serem interessantes. Por vezes vemos no momento de cotação há superfaturamento com alegações de diversos motivos por parte de fornecedores.

3.8. Com efeito, por se tratar de uma ferramenta capaz de “questionar” estas estimativas e cotações, auxilia os administradores a desconsiderar propostas claramente inexequíveis ou exorbitantes, com base em licitações e pregões já realizados se mostra bastante adequada a necessidade da Administração.

3.9. As especificações técnicas do produto **Banco de Preços** foram desenvolvidas buscando ser uma ferramenta de fácil operação, confiável, ágil para acelerar os procedimentos de cotação e estimativa de preços, balizador para observação de forma inequívoca dos preços inexequíveis e/ou exorbitantes. Abaixo, destacamos as especificações técnicas que **SOMENTE** ele possui no mercado:

- 3.9.1. Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos;
- 3.9.2. Quantidade de Preços (REAL);
- 3.9.3. Acesso as ATAS de Registro de Preços (SRP);
- 3.9.4. Filtragem por Categoria;
- 3.9.5. Filtragem por Marca;
- 3.9.6. Filtragem por UASG;
- 3.9.7. Filtragem por Data;
- 3.9.8. Filtragem por Estado;
- 3.9.9. Filtragem por Sistema de Registro de Preços – SRP;
- 3.9.10. Filtragem por Região;
- 3.9.11. Filtragem por Cidade;
- 3.9.12. Filtro avançado de pesquisa;
- 3.9.13. Exibição Menor Preço;
- 3.9.14. Exibição de Preço Estimado;
- 3.9.15. Exibição de Preço Médio;
- 3.9.16. Exibição da Mediana;
- 3.9.17. Exibição dos Melhores Lances;
- 3.9.18. Exibição de Propostas;
- 3.9.19. Exibição do Fornecedor Vencedor;
- 3.9.20. Exibição da melhor proposta de cada Fornecedor qualificado;
- 3.9.21. Acesso aos Editais - originais da licitação - Informação autenticada a publicação oficial da instituição;
- 3.9.22. Acesso as atas das licitações com descritivo de todos os atos inerentes aquela contratação – Informação autenticada a publicação oficial da instituição;
- 3.9.23. Anexos, catálogos, manuais e propostas originais enviadas por upload do fornecedor a licitação - Informação autenticada a publicação oficial da instituição;
- 3.9.24. Palavra Chave Adicional;
- 3.9.25. Paginação dos Resultados;
- 3.9.26. Configuração personalizada do Relatório; e
- 3.9.27. Relatório em Lote.

- 3.10. Esse sistema se utiliza de método de pesquisa “textual” aplicando-se os mais aprimorados algoritmos, permitindo interatividade na seleção do objeto pesquisado, proporcionando resultados objetivos: Descritivo com facilidade visual, quantitativos, data da origem, preços e acesso imediato a licitação e seu detalhamento
- 3.11. A Associação das Empresas Brasileira de Tecnologia da Informação ASSEPRO NACIONAL, atestou que a empresa NP Eventos e Serviços LTDA. é a única fornecedora do Brasil do produto com as especificações da ferramenta “Banco de Preços”, acima destacadas. Trata-se, portanto, de uma ferramenta exclusiva e indispensável para a fase interna dos processos licitatórios.
- 3.12. Uma das principais características do Banco de Preços é a atualização realizada diariamente por uma equipe especializada, garantindo que os valores estarão sempre de acordo com o mercado. Além disso, **a ferramenta é utilizada como referencial nos órgãos de fiscalização e controle, oferecendo mais segurança na pesquisa de preços.**
- 3.13. Economia também é uma das palavras-chaves que definem a ferramenta. **Esta vantagem foi comprovada pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais** que deixou de gastar cerca de R\$ 11 mil reais com a primeira compra de um produto. *“[...] destacamos a facilidade e a rapidez para conseguirmos valores de referência válidos para nossas pesquisas de mercado, reduzindo os prazos e diminuindo a dependência da boa vontade dos fornecedores que, às vezes, nos respondem quando podem ou querem”,* conta o coordenador do setor de compras, Délio Cássio Marques.
- 3.14. Além de segurança na pesquisa dos preços para contratações públicas, a otimização de tempo é outro ponto essencial da ferramenta. A mesma auxilia o servidor na formatação do Termo de Referência, de acordo com o modelo da Advocacia-Geral da União (AGU), na produção de relatórios, no acompanhamento de todas as vendas anteriores de um fornecedor e na elaboração da especificação do objeto de forma automatizada, isso porque possui:
- 3.14.1. Mais de 18 milhões de preços
 - 3.14.2. Atualização diária
 - 3.14.3. Preços de diversas fontes
 - 3.14.4. Diversos Filtros para pesquisa
 - 3.14.5. Preços da Tabela Sinapi
 - 3.14.6. Pesquisas de sites de domínio amplo
 - 3.14.7. Perfil completo de fornecedores, incluindo dados de contato
 - 3.14.8. Cotação direta com fornecedores
 - 3.14.9. Opções de visualização por participantes, vencedores e micro empresas
 - 3.14.10. Sistema de elaboração do Termo de Referência
 - 3.14.11. Recurso para especificação de objetos
 - 3.14.12. Relatórios completos e personalizados
 - 3.14.13. Todos os preços válidos da licitação
 - 3.14.14. Visualização do gerenciamento da ata de SRP
 - 3.14.15. Milhares de propostas assinadas por fornecedores
 - 3.14.16. Histórico de preços dos últimos cinco anos
 - 3.14.17. Mais de 20 opções de fórmulas de cálculo, para estimativa do preços
- 3.15. Desse modo, por atender a todas as instruções e orientações normativas sobre pesquisas e cotações de preços previsto no regimentos federais, disponibilizando ainda no relatório gerado do comparativo de preços, links de acesso direto às Atas e documentos da licitação e dos fornecedores e gerenciamento de Ata, gráficos contendo estatísticas do relatório gerado e mapa de fornecedores por produto/serviço por região, bem como disponibiliza ainda o recurso Comprovação de Competitividade relativo às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, se mostra ferramenta muito útil ao servidor encarregado da pesquisa.

3.16. Ou seja, não estamos falando aqui de um simples extrator de informações do COMPRASNET, como o do MPDG, mas sim de uma ferramenta de análise e gestão para tomada de decisões administrativas com base de dados de pregões públicos, cuja busca não se prende aos dados fornecido no portal Comprasnet, posto que possui uma pesquisa inteligente sistêmica específica e individualizada nas plataformas Licitações-e e Bolsa Eletrônica de Compras-BEC, Banco do Brasil, sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo com cotação direta com fornecedores.

3.17. Isto porque, o Comprasnet é um dos módulos do Sistema SIASG, que ainda se encontra em aperfeiçoamento, como bem asseverou aos gestores responsáveis pelo Sistema o Tribunal de Contas da União – TCU, em auditoria realizada pelo Tribunal, em que foram encontradas uma série de falhas/inconsistências nos dados do sistema. Entende-se, também por esse motivo, que é temerária a utilização exclusiva do Comprasnet como primeira e ou única opção de parâmetro de preços ante a conclusão da auditoria de que as falhas/inconsistências detectadas podem comprometer a confiabilidade das informações disponibilizadas.

3.18. Trata-se de modo, de ferramenta gerencial para definição do objeto e do seu preço de mercado, não se confundindo ao simples banco de dados, mas de um sistema interativo inteligente com uma variedade de aplicações usadas para analisar e organizar uma série de dados e soluções de preços e acompanhamento de mercado, possibilitando acessar e examinar conjuntos de dados apresentando seus resultados em relatórios analíticos, resumos, painéis gráficos e mapas, visando fornecer aos utilizadores informações detalhadas sobre o estado dos valores e descrições de produtos no mercado público.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão “ressalvados os casos especificados na legislação”.

4.2. Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O regulamento geral das licitações, a Lei n.º 8.666/93, prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensada, dispensável ou inexigível.

4.3. No art. 25, caput, é prevista a inexigibilidade de licitação, tendo como principal característica a inviabilidade de competição, o que torna inviável a realização de certame licitatório. Em complemento à regra prevista no caput do artigo, a norma apresenta em seus incisos três situações em que se caracterizaria a inexigibilidade.

4.4. Diferente da dispensa, em que a competição é possível, porém o legislador permite não fazê-la; na inexigibilidade, a competição é inviável, o que torna inócuo o procedimento licitatório, cuja razão de ser é, justamente, fomentar a competição em busca da melhor proposta, para o atendimento do interesse público.

4.5. A primeira hipótese de inexigibilidade contemplada no inciso I diz respeito à existência de fornecedor exclusivo. A existência de um único fornecedor torna inviável a realização da licitação porque o material somente pode ser fornecido por uma única pessoa.

4.6. Deve-se ressaltar, contudo, que as hipóteses indicadas nos incisos I a III do art. 25 não são exaustivas. A expressão “em especial” deixa clara a opção do legislador de não restringir as hipóteses de inexigibilidade àquelas previstas no dispositivo citado, o que significa que em outras situações que a competição se mostre inviável, a licitação também será inexigível. Assim, “além das três hipóteses expressamente indicadas – fornecedor exclusivo, serviços técnicos especializados e serviços artísticos – a lei permite que outras possam vir a legitimar a contratação sem licitação”

4.7. Logo, o caput do art. 25 apresenta função normativa autônoma, de modo que uma contratação direta poderá nele se fundar de forma exclusiva. Não se impõe que a hipótese seja enquadrada em um dos incisos do referido art. 25, que possui natureza exemplificativa.

4.8. Sobre o tema, vale transcrever a lição de Marçal Justen Filho:

“Tratando-se de instituto complexo como se passa com a inexigibilidade, sua extensão dificilmente poderia ser estabelecida de modo meramente teórico. Dá-se um exemplo bastante esclarecedor. Se não existissem os três incisos do art. 25, muitos seriam tentados a restringir a inexigibilidade apenas aos casos de ausência de pluralidade de alternativas. A existência do dispositivo do inc. III evidencia que o conceito de inviabilidade de competição tem de ser interpretado amplamente, inclusive para abranger os casos de impossibilidade de julgamento objetivo. Em outras palavras, a análise dos incisos do art. 25 permite identificar o conceito de inviabilidade de competição consagrado no *caput* do dispositivo.”

4.9. Assim, sempre que os serviços demandados pela Administração forem desenvolvidos de forma exclusiva por uma determinada pessoa jurídica, não havendo similitude fática com as hipóteses dos incisos I, II e III, teremos seu enquadramento no caput do art. 25.

4.10. Nessa feita, é tecnicamente inadequada a indicação do inciso I do artigo 25 como fundamento legal para a contratação direta, por inexigibilidade, de serviço contratado junto a fornecedor exclusivo. Isso porque a hipótese do inciso I é destinada às compras em que o fornecedor for único ou exclusivo, não podendo abranger serviços.

4.11. Sobre o tema, aliás, o Advogado-Geral da União expediu Orientação Normativa para os órgãos jurídicos subordinados – Orientação Normativa AGU nº 15, de 1º de abril de 2009, com o seguinte verbete:

“A contratação direta com fundamento na inexigibilidade prevista no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993, é restrita aos casos de compras, não podendo abranger serviços”.

4.12. Não significa, entretanto, que no caso de necessidade de contratação de serviço prestado por fornecedor exclusivo, a licitação seria obrigatória por falta de amparo legal. O que importa, para se enquadrar na situação de inexigibilidade, é que o objeto a ser contratado seja fornecido ou prestado por uma única pessoa, o que pode ocorrer tanto nas hipóteses de aquisição, prevista no inciso I, como nas situações de contratação de um serviço.

4.13. Tratando-se de serviços prestado por fornecedor exclusivo, a inviabilidade de competição permitirá a contratação direta por inexigibilidade, tendo por fundamento, no entanto, o caput do art. 25 e não seu inciso I.

4.14. Nesse sentido, é a orientação do Tribunal de Contas da União:

“É lícita a contratação de serviços com fulcro no art. 25, caput, sempre que comprovada a inviabilidade de competição. Ressalte-se que, na hipótese de contratação de serviços, o fundamento legal deverá ser o caput, posto que o inciso I trata apenas de compras. É mister, ainda, a comprovação da exclusividade na prestação do serviço.” (TC – 300.061/95-1 – TCU)

4.15. Veja que no presente caso a Associação das Empresas Brasileira de Tecnologia da Informação ASSEPRO NACIONAL, atestou que a empresa NP Eventos e Serviços LTDA. é a única fornecedora do Brasil do produto com as especificações da ferramenta “Banco de Preços”, acima destacadas. Trata-se, portanto, de uma ferramenta exclusiva a ser adquirida fulcro no Caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

4.16. Ferramenta singular significa ferramenta única, específica sem parâmetros para comparação, esta ferramenta possui características próprias que a deixa singular.

4.17. Por ser exclusiva e singular, mostra-se clara a existência de permissivos legais que legitimam juridicamente contratações diretas nesse caso de inexigibilidade, onde a inexigibilidade representa caso em que há inviabilidade material ou jurídica de competição, tornando impossível realização de certame licitatório.

4.18. Dessa forma, constata-se no próprio dispositivo a possibilidade de contratação de obras ou serviços através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes. Assim, a “Carta de Exclusividade” apresentada pela NP Eventos atesta que se trata de empresa exclusiva possuidora da ferramenta “Banco de Preços”, com especificações técnicas únicas, podendo ainda ser invocada a Inexigibilidade de Licitação, tendo em vista que a disputa seria contrária a vontade do contrato tornando-se sem sentido.

4.19. Neste sentido, destaca-se a doutrina do Professor Ronny Charles:

“Nesta feita, competição inviável, para fins de aplicação da hipótese de inexigibilidade licitatória, não ocorreria apenas nas situações em que é impossível haver disputa, mas também naquelas em que a disputa é inútil ou prejudicial ao atendimento da pretensão contratual, pelo confronto e contradição com aquilo que a justifica (o interesse público).”

4.20. O serviço “Banco de Preços” é fornecido, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, para diversos órgãos e entidades da União, Estados e Municípios. No âmbito da União, destaca-se, a título de exemplo, o Tribunal de Contas da União, que adquiriu a ferramenta “Banco de Preços” mediante inexigibilidade de licitação, haja vista presentes os requisitos permissivos para a não realização do certame, quais sejam, a ausência de competição por se tratar de uma ferramenta exclusiva, tornando-se a disputa inútil, contrária ao interesse público.

4.21. Por fim, reforçando a argumentação aqui trazida, importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União (Contratante do produto Banco de Preços), por força dos artigos 70 a 75 da Constituição Federal, executa o controle externo da atividade financeira da Administração Pública, decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 113, Lei 8.666/93), fato esse que induz ainda mais a legalidade da contratação mediante inexigibilidade de licitação, de acordo com as justificativas técnicas (serviço único) aqui apresentadas.

DA SINGULARIDADE DO OBJETO E INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

4.22. A singularidade do objeto é fruto da impossibilidade de extração de critérios objetivos por meio dos quais, isonomicamente, seja possível não só a análise da melhor proposta, como também seja reduzido de forma eficiente o risco de contratação de um agente tecnicamente incapaz de atender à necessidade pública dependente de contratação.

4.23. Essa impossibilidade de extração de critérios objetivos ocorre quando o atendimento da necessidade pública depende de uma solução que não pode ser mensurada (sob o ponto de vista objetivo) e/ou que vai além da técnica presumidamente detida pelos agentes que operam naquele ramo de atividade econômica; ou seja, quando a realização do objeto depende não apenas da técnica conhecida, como também da criatividade na construção de uma solução que não pode ser previamente apontada pela Administração, ou ainda de uma profundidade técnica que sabidamente não é detida pelos demais profissionais atuantes na área.

4.24. Quando a Administração tem condições de definir objetivamente a necessidade e a forma de sua realização (conteúdo e técnica), a redução eficiente do risco de contratação de um agente tecnicamente incapaz pode ser feita por meio da qualificação técnica na fase de habilitação (o que viabiliza a licitação).

4.25. Quando a Administração tem condições de definir objetivamente a solução para atender à sua necessidade, e reconhece que há mais de uma forma técnica para sua realização, podendo valorá-las a partir de critérios também objetivos e diretamente relacionados com a necessidade a ser atendida, deve promover uma licitação por melhor técnica ou por técnica e preço.

4.26. Mas, quando o atendimento da necessidade depende de criatividade no desenvolvimento de novas soluções, ou quando há elevada complexidade na aplicação dessas soluções, não sendo possível eleger parâmetros objetivos que permitam, de forma objetiva, valorar as propostas apresentadas, não é possível a licitação. A competição, no caso, levaria aos seguintes resultados:

- a) Não haveria como qualificar objetivamente aqueles que teriam condições de encontrar a solução demandada, sem o risco de incluir nessa qualificação agentes incapazes de chegar ao resultado esperado;
- b) Não haveria como analisar objetivamente propostas técnicas, diante da impossibilidade de prévia e completa descrição da técnica empregada para o atendimento da necessidade pública; e
- c) Se a análise de preço fosse preponderante, haveria uma elevação no risco de contratação de um agente tecnicamente incapaz, na medida em que o desenvolvimento de soluções depende de um suporte técnico em múltiplas áreas de apoio.

4.27. A compreensão dessas hipóteses permite concluir que a contratação direta não é uma exceção, como muitas vezes se refere, mas, sim, um caminho necessário diante da singularidade do objeto.

SINGULARIDADE DO OBJETO – FERRAMENTA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BASEADA EM RESULTADOS DE LICITAÇÕES ADJUDICADAS E HOMOLOGADAS.

4.28. Uma das situações mais evidentes de singularidade do objeto é a contratação de serviço de pesquisa e outras informações especializada na área de licitação.

4.29. Tais produtos não são contratados como fim em si, mas como meio de realização de uma necessidade ainda não dimensionada de forma completa. Essa necessidade se revela, no dia a dia da atuação dos agentes públicos, em que questões complexas de aplicação do regime jurídico da contratação pública devem ser enfrentadas e solucionadas com rapidez e precisão.

4.30. Trata-se de uma ferramenta especializada em pesquisa e comparação de preços praticados no âmbito da Administração Pública, baseada em resultados de licitações adjudicadas e homologadas,

compreendendo um banco de consulta de preços praticados, cujos dados são atualizados diariamente, permitindo assim, agilizar as pesquisas de preços de mercado.

4.31. Para a satisfação da necessidade pública, deve-se ter criatividade na construção de soluções tecnológicas. Para tanto, precisa-se de uma estrutura completa e consolidada de pesquisa e comparação de preços, bem como da competência de organização e qualificação da informação jurídica mais atual existente sobre a matéria (o que ocorre com as pesquisas realizadas através do sistema em comento) e de construção de novas soluções para as questões ainda não enfrentadas (o que se realiza por meio da orientação e comparação com as contratações dos demais Órgãos da Administração Pública).

4.32. A qualidade essencial do serviço de pesquisa (focada na profundidade do conhecimento e na capacidade de construção de novas soluções) não pode ser avaliada de forma objetiva. Ainda que seja possível aferir (por meio da análise da notória especialização) que determinado agente é capaz de bem atender à necessidade pública, não é possível comparar objetivamente os agentes que detêm essa capacidade. Essa é a razão pela qual não mais restam dúvidas quanto à inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços de orientação e pesquisa.

4.33. Vale destacar que o acesso aos sistemas de informação e as pesquisas comparativas de preço é um complemento essencial e inseparável à prestação eficiente dos serviços de licitação. As cotações que poderiam ser solucionadas por meio de pesquisas com as empresas são, em grande parte, fornecidas com atraso, e com valores exorbitantes.

4.34. Diferente disto, o Sistema utilizado pela Empresa, se apresenta de forma organizada, com valores praticados no mercado e no dia a dia da Administração Pública.

4.35. Assim, o acesso a tais sistemas não só complementa a orientação, como torna o serviço mais econômico e eficiente. E assim se compreende a conclusão de Marçal Justen Filho, que, ao comentar o inc. VI do art. 13, afirmou que a prestação desses serviços pode demandar atividades complementares, concretas, e se integra à categoria que corresponde à necessidade central da Administração Pública.

4.36. Nesse quadro, o que é objetivo (custo) se torna relativo diante do que é de aferição inviável (qualidade). Isso ocorre quando “a natureza da prestação envolve fatores intelectuais, artísticos, criativos e assim por diante”.

4.37. Em conclusão, resta evidente a singularidade do objeto da contratação pública. Embora não exista mais de um agente econômico capacitado à prestação do objeto, não há possibilidade de objetivamente compará-los e qualificá-los. Suas qualidades essenciais são intangíveis. Criar um processo licitatório em que a competição tenha base em um único critério objetivo mensurável – o preço – significaria escancarar o risco de contratar quem não detém o conhecimento demandado (ou mesmo a capacidade de construção de soluções). Risco que aumenta na medida em que aqueles que não investiram em pesquisa e formações das suas equipes podem oferecer preços menores, inclusive com possibilidade de maior margem de lucro do que as empresas que eficientemente investem em qualidade, visto que esta não poderá ser apurada (pela impossibilidade efetiva de demonstração objetiva).

A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DA EMPRESA NP EVENTOS E SERVIÇOS NA OFERTA DO SISTEMA.

4.38. Como afirmado, a notória especialização não pode ser demonstrada com projetos ou com sonhos. Ela é colhida do passado. De um passado reconhecido por todos os que fizeram parte de sua história. E o passado da empresa NP Eventos e Serviços Ltda. é reconhecido por grande parte da Administração Pública brasileira, conforme atestado de capacidade técnica.

4.39. Não obstante, os atestados de capacidade técnica, como reconhecimento do serviço prestado, há ainda parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e da Procuradoria Federal, no sentido de se manifestar favorável a compra com fundamento nas hipóteses de inexigibilidade de licitação.

4.40. A notória especialização da NP Eventos e Serviços Ltda é atestada pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, “a empresa NP EVENTOS E SERVIÇOS LTDA é a única autora e fornecedora no Brasil do produto BANCO DE DADOS –WEB – www.bancodeprecos.com.br e que não há no mercado outro produto similar”.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O serviço objeto da presente contratação possui natureza continuada, uma vez que é necessário para o processo de pesquisa e formação de preços do MEC.

5.2. Será celebrado contrato com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

5.3. O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses de acordo com o previsto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

5.4. A empresa contratada estará sujeita às penalidades previstas nos artigos na Lei nº 8.666/93, assegurado o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

5.5. O acesso ao sistema deverá ser disponibilizado via *internet* para o MEC, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

5.6. Funcionalidade do sistema. O sistema deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

Acesso

- Acesso via Internet, por site específico; Acesso somente autenticado *login*/senha;
- Senha de uso exclusivo não podendo ser compartilhado com outras entidades públicas/privadas ou diferentes IPs;
- Não exista a possibilidade de realizar *login* simultâneo.

Pesquisa

- Realizar pesquisa por palavra chave publicada na descrição do objeto/licitação;
- Realizar pesquisa individual por item e por lote;
- Realizar pesquisa por Período, UF, Região, Órgão Público e palavras-chave para refinamento de pesquisa;
- Cada preço deverá constar sua referência original com *link* para redirecionamento para a publicação oficial ou cópia da publicação em PDF;
- Permitir seleção de preço para comparativo.

Relatório

- Emitir relatório a partir da seleção de preço na tela de pesquisa;
- O extrato emitido deverá conter os preços comparativos, com dados de origem de cada preço, fórmula utilizada, bem como detalhamento dos preços com gráficos;
- Paginação dos Resultados;
- Configuração personalizada do Relatório;
- Relatório em Lote.

5.7. O sistema deve ser de utilização intuitiva, de fácil navegação, sem a necessidade de transição de muitas abas ou páginas para a obtenção de um único relatório, a fim de evitar desperdício de tempo para a finalização da pesquisa.

5.8. Atualização diária do banco de dados.

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO/PRODUTO

6.1. A execução contratual dar-se-á por meio de fornecimento de serviço na forma a seguir:

6.2. A Contratada deverá disponibilizar acesso às ferramentas eletrônicas com login e senha a monousuários, bem como da informação aos usuários para utilização das ferramentas objeto do contrato, sem ônus para o Contratante.

6.3. A Contratada deverá manter o serviço on-line, com acesso à página virtual do Banco de Preços e aos seus respectivos links.

6.4. A Contratada deverá disponibilizar 10 (dez) *logins* e senhas individuais, sendo 08 (oito) contratadas e 02 (duas) cortesias, para acessos unitários à plataforma Banco de Preços e todas as suas

funcionalidades, pelo período de 12 (doze) meses.

6.5. As assinaturas contemplarão os seguintes acessos e conteúdos:

- 6.5.1. Treinamento ilimitado e sem custo adicional aos servidores designados para operar o sistema, visando a regular utilização do “soGware” e todas as suas funcionalidades para o melhor aproveitamento de seus resultados;
- 6.5.2. Treinamentos e suportes técnicos realizados através de vídeo conferência, Skype, e-mail, chat online e telefone, entre os horários de 9h e 18h de segunda a quinta - feira, às sextas - feiras de 09:00 às 17:00, durante a vigência do contrato;
- 6.5.3. Desconto especial em todos os eventos promovidos pela NP Eventos, durante a vigência do contrato;
- 6.5.4. Conteúdo: Resultados de licitações adjudicadas e homologadas que é apurado diariamente por profissionais especializados, viabilizando a tomada de decisões de maior complexidade;
- 6.5.5. Pesquisa: Realizada por palavra chave ora publicada na descrição do objeto/licitação. Preços com atualização diária;
- 6.5.6. Fonte de pesquisa: Compras Governamentais, Licitações- E, Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo- BEC, Sites de Domínio Amplo, BPS, Sinapi e cotação direta com o fornecedor;
- 6.5.7. Pesquisa por filtros, tais como código de CATMAT/CATSER, período, UF, Região, Cidade, código de UASG, Nº do pregão, CNPJ do fornecedor, quantidade de itens, SRP, itens sustentáveis, matérias, serviços e participação exclusiva de ME/EPP;
- 6.5.8. Cada preço tem sua referência original com link para redirecionamento para a publicação oficial ou cópia da publicação em PDF;
- 6.5.9. A partir da seleção de preço na tela de pesquisa, é emitido um extrato de preços comparativos, com dados de origem de cada preço, fórmula utilizada, bem como detalhamento dos preços com gráficos;
- 6.5.10. Sistema de elaboração da especificação do objeto - Interativo. Mapa de fornecedores - Com filtros regionais;
- 6.5.11. Sistema de elaboração do termo de referência - (Modelo AGU);
- 6.5.12. Declaração de competitividade da LC 123 - ME/EPP;
- 6.5.13. Painel de negociação com fornecedor;
- 6.5.14. Levantamento indicativo de inexigibilidade;
- 6.5.15. Cotação Segura - Verificação automática de irregularidades dos preços selecionados;
- 6.5.16. Módulo de terceirização - Modelos de planilhas de custo de serviços terceirizados.

7. **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. O efetivo adimplemento da obrigação pela contratada dar-se-á da seguinte forma:

- 7.1.1. Mediante a disponibilização de “login” e senha para acesso aos serviços dos sistemas “Banco de Preços”;
- 7.1.2. Manutenção das funcionalidades dos sistemas “Banco de Preços”, durante todo o período de vigência da assinatura.

7.2. A Contratante verificará a execução do objeto durante o prazo de vigência da assinatura e procederá o ateste inicial da disponibilização das senhas de acesso, bem como, a prestação periódica dos serviços pela contratada.

7.3. Nos termos do que dispõe o art. 76 da Lei nº 8.666/93, a Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e na proposta de preços da contratada, observando-se a possibilidade de execução da garantia contratual, na forma estabelecida neste Projeto.

7.4. Durante a vigência da assinatura e caso a Contratante constata a inexecução do objeto, a contratada restituirá ao MEC o valor correspondente ao período de inadimplemento.

8. QUANTIDADE DE ASSINATURAS

8.1. Serão contratadas 08 (oito) licenças de acesso ao sistema on-line, sendo essas distribuídas entre as áreas que possuem maior quantidade de demandas para contratações/aquisições, da seguinte forma:

- a) 2 Coordenação-Geral de Licitações e Contratos;
- b) 2 Diretoria de Tecnologia da Informação;
- c) 2 Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- d) 1 Coordenação-Geral de Gestão Administrativa; e
- e) 1 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

8.2. As 02 (duas) licenças fornecidas como cortesia ficarão disponíveis caso as demais áreas do MEC necessitem realizar pesquisas de mercado para possíveis contratações/aquisições.

9. DOS CUSTOS ESTIMADOS

9.1. O valor total para a presente contratação será de R\$ 63.920,00 (sessenta e três mil novecentos e vinte reais) para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses.

9.2. O preço unitário ofertado para a contratação de cada licença após desconto é de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais).

9.3. Conforme pesquisa realizada em contratações similares, verificou-se que o preço proposto para o MEC está compatível com os preços praticados com o mercado:

ITEM	DESCRIÇÃO	EMBRAPA	FIOCRUZ	HFA	IFB-CAMPUS PLANALTINA	POLÍCIA FEDERAL	SERPRO	UFG	UFMG	PROPOSTA PARA O MEC
		V. UNIT	V. UNIT	V. UNIT	V. UNIT	V. UNIT	V. UNIT	V. UNIT	V. UNIT	V. UNIT
1	Contratação de empresa especializada no serviço de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, com emissão de relatórios, por meio da ferramenta denominada Banco de Preços.	R\$ 7.990,00	R\$ 8.291,75	R\$ 7.990,00	R\$ 8.598,50	R\$ 8.700,00	R\$ 7.990,00	R\$ 8.700,00	R\$ 7.990,00	R\$ 7.990,00

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão à conta do Orçamento da União para o exercício de 2019, Elemento de Despesa 33.90.39-01.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O suporte do Banco de Preços, fornecido por meio do acesso ao banco de dados desenvolvido é um serviço de conteúdo técnico especializado, fruto da seleção e produção intelectual do corpo técnico da empresa, cujo objetivo é apresentar solução integrada e completa em matéria de contratação pública e de assuntos correlatos à gestão pública, desenvolvido para auxiliar seus usuários, em todas as fases da contratação pública: preparação, licitação e execução do contrato, exclusivamente na fase interna da contratação.

11.2. A ferramenta oferecida pelo Banco de Preços possui a maior base de consulta disponível no mercado, com mais de 18 milhões de preços, o que amplia o resultado da pesquisa, afere a realidade dos preços e atende aos princípios constitucionais da economicidade e da moralidade.

11.3. Não se trata de uma simples ferramenta de busca de preços de mercado, possuindo funcionalidades que o caracterizam como uma solução avançada, apta a ampliar a segurança de diversos atos fundamentais da licitação, do contrato administrativo e da execução da ata de SRP.

11.4. Isto posto, verifica-se que, na relação custo-benefício, a contratação do Banco de Preços se mostra técnica e economicamente mais adequada e vantajosa, estando, ainda, coerente com a boa prática na gestão de recursos públicos e com os princípios que regem as contratações administrativas, por propiciar maior eficiência e oferecer maior confiança e credibilidade.

11.5. A pretendida contratação disponibilizará acesso ao banco de dados específico com informações atualizadas de preços praticados no mercado, valores de referência e Atas de Registro de Preços para servir de subsídio às contratações e aquisições a serem realizadas por este Ministério.

11.6. A necessidade da pretendida contratação se expõe na medida em que se verifica a sua imprescindibilidade para o municiamento dos gestores públicos com a obtenção de informações completas, precisas e fidedignas, relacionadas ao contexto licitatório, com vistas a possibilitar maior eficiência na tomada de decisões e desempenho de suas atribuições.

11.7. O produto desenvolvido pelo Banco de Preços é de sua exclusividade e comercialização, conforme Certidão de Exclusividade atestada pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO/Paraná é uma solução integrada destinada ao apoio a agentes públicos no desenvolvimento e na instrução das diversas etapas da contratação administrativa, especialmente à etapa preparatória da licitação, amparando-a no tocante a especificação do objeto, elaboração do termo de referência e realização da pesquisa de preços, possibilitando uma atuação conjunta, padronizada e eficiente entre os setores, contando com diversos diferenciais exclusivos no mercado como:

11.7.1. Pesquisa de preços públicos em fontes diversificadas: COMPRASNET, Licitações-e (Banco do Brasil) e Bolsa Eletrônica de Compras – BEC/SP, atendendo à normativos do TCU;

11.7.2. Preços da Tabela Sinapi;

11.7.3. Pesquisas de sites de domínio amplo;

11.7.4. Perfil completo de fornecedores, incluindo dados de contato; Cotação direta com fornecedores;

11.7.5. Sistema de elaboração do Termo de Referência; Recurso para especificação de objetos; Relatórios completos e personalizados;

11.7.6. Todos os preços válidos da licitação; Visualização do gerenciamento da ata de SRP;

11.7.7. Milhares de propostas assinadas por fornecedores; Histórico de preços dos últimos cinco anos.

12. **DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Para a prestação dos serviços será formalizado instrumento contratual estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços.

12.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Fornecer à Contratante, na quantidade contratada, as permissões para acesso aos produtos por meio da disponibilização de *logins* e senhas individuais, conforme os termos da proposta comercial.

13.2. Prover disponibilidade do sistema 24 (vinte e quatro) horas por dia durante o período integral da assinatura.

13.3. Disponibilizar ao Contratante esclarecimentos que se fizerem necessários para navegação na plataforma Banco de Preços, nos acessos das respectivas ferramentas eletrônicas contratadas, ou para

qualquer outra informação adicional os seus analistas de suporte, que atenderão por meio de telefone ou *e-mail*.

13.4. Notificar a Contratante com 24 (vinte) horas de antecedência quando da realização de manutenções preventivas programadas que forem necessárias ao funcionamento das ferramentas contratadas.

13.5. Alterar, a qualquer tempo e sem custo adicional, os *logins* e senhas, a pedido do órgão responsável.

13.6. Aceitar acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, de acordo com o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

13.7. Prestar os serviços de acordo com o especificado neste Projeto.

13.8. Responder aos danos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

13.9. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus profissionais durante a execução dos serviços.

13.10. Responder pelo cumprimento dos postulados legais no âmbito federal, estadual ou municipal.

13.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e obrigações sociais previstos na legislação em vigor.

13.12. Não interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

13.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

13.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições pactuadas.

14.2. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.

14.3. Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

14.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa.

14.5. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do Contrato, fixando prazo para a sua correção.

14.6. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber a fatura correspondente, quando apresentada na forma estabelecida neste Projeto Básico.

14.7. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

14.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.8.1. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

14.8.2. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

14.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

15. **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, nos termos dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.7. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16. **GARANTIA CONTRATUAL**

16.1. A garantia para a execução do Contrato será dispensada conforme previsão constante no art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.2. Isto porque é facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público, dado que antes de estabelecer exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto.

16.3. Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União:

A exigência de garantia visa a assegurar a execução adequada do contrato e o cumprimento dos compromissos assumidos, eliminando riscos de insucesso. Não pode ser confundida como instrumento para asseverar o êxito da contratada nas contendas judiciais ou administrativas em que representar. **Acórdão 801/2004 Plenário (Voto do Ministro Relator)**

17. **DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado em parcela única, por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal designado, comprovantes de recebimentos de encargos sociais e, quando for o caso, de multas aplicadas.

17.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93.

17.3. Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100) 365 EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17.4. Cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e IN/SRF nº 306, de 12/03/2003, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000.

17.5. Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, serão observados, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

17.6. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on line”, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

17.7. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto/Contrato e demais cominações legais a(s) licitante vencedora (s) que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do Projeto;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Fizer declaração falsa;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- h) Não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- i) Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

18.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

18.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

18.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

18.6.1. advertência;

18.6.2. multa de:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

18.6.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

18.6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

18.7. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

18.8. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.9. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e

decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.15. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19. **RESCISÃO CONTRATUAL**

19.1. O Ministério da Educação poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato pelos motivos previstos nos arts. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93;

20. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Os serviços rejeitados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução aprovado pela Fiscalização, arcando a Contratada com os ônus decorrentes do fato.

20.2. A Contratada deverá informar à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos os principais meios de contatar seus funcionários e representantes, tais como números de fax, telefones fixos e celulares, mantendo tais informações constantemente atualizadas.

20.3. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Projeto Básico, mas necessários à execução total dos serviços, serão de responsabilidade da empresa.

20.4. A simples apresentação de proposta indica e fica assim entendido que a empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.

20.5. Consultas a respeito deste Projeto Básico deverão ser encaminhadas ao e-mail dicorp@mec.gov.br.

21. **DA APROVAÇÃO**

21.1. Considerando os termos do Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei nº 8.666/1993, este Projeto Básico deverá ser aprovado pelo Coordenador-Geral de Licitações e Contratos.

ELLEN CRISTINA SANTOS GONÇALVES
Chefe da Divisão de Compras e Registro de Preços

De acordo,

RICARDO DOS SANTOS BARBOSA
Coordenador de Gestão de Licitações

Aprovo,

MIGUEL AUGUSTO RODRIGUES
Coordenador-Geral de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Cristina Santos Gonçalves, Chefe de Divisão**, em 25/09/2019, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Barbosa, Coordenador(a)**, em 25/09/2019, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Augusto Rodrigues, Coordenador(a) Geral**, em 25/09/2019, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1730959** e o código CRC **2BC00001**.

1.